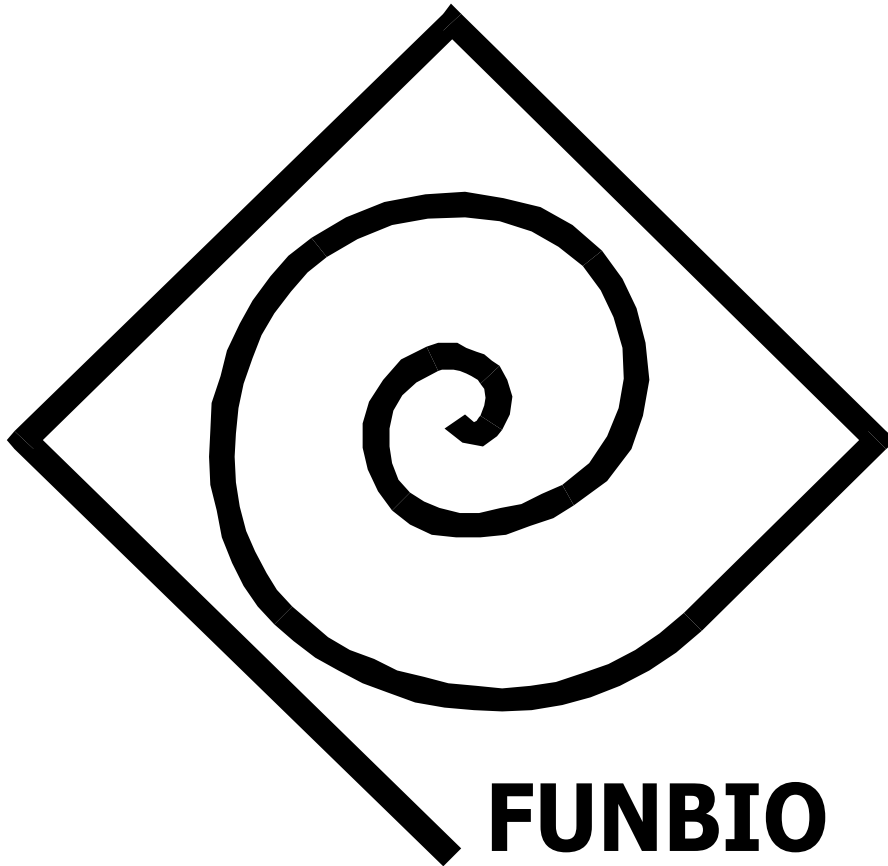


# RELATÓRIO ANUAL 1997



**FUNBIO**

## **Índice**

Carta do Presidente	3
Apresentação	4
Meio Ambiente	7
Gestão	11
Fomento	13
Projetos Apoiados	16
Perspectivas	21
Auditoria	24

## ***Carta do presidente***

Este é o primeiro Relatório Anual do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), preparado com a intenção de ser colocado à disposição do público. Nele, pretende-se apresentar a trajetória de sua criação, a sua missão, a sua estratégia de atuação, os meios de que dispõe, as suas realizações, bem como as suas perspectivas futuras.

Através deste relato gostaríamos de interessar, atrair e envolver o público em geral mas, principalmente, o setor produtivo nacional na causa da conservação e do uso sustentável da biodiversidade. Trata-se de tarefa de grande potencial de impacto, tanto ambiental quanto econômico-social. Tanto para o presente, mas, sobretudo, para o futuro. Futuro principalmente das próximas gerações de brasileiros, na medida em que, no país, se concentra uma das maiores reservas de recursos genéticos do planeta. Fato que nos coloca em uma situação de vantagem comparativa indiscutível, mas que também nos situa em uma posição de enorme responsabilidade ante o mundo e a humanidade.

Acredita-se que na biodiversidade, principalmente no seu uso sustentável, encontre-se um enorme potencial de oportunidades, de benefícios e de riquezas a serem explorados. Tudo isso à disposição daqueles que disso tenham consciência; a esses recursos tenham acesso; disponham de conhecimento científico e técnico e, por último, disponham dos meios materiais e financeiros adequados para envolverem-se nessas atividades. Por outro lado, essa possibilidade está condicionada e depende, sobretudo, da conservação e da integridade desses recursos. No entanto, a rapidez e a extensão com que os recursos genéticos do planeta e do país estão se perdendo são assustadoras, colocando em risco todo este potencial de geração de riquezas e ameaçando destituir de conteúdo toda esta visão de futuro. Conservar adequadamente a biodiversidade é, portanto, o ponto de partida e também a chave para a sustentação das atividades no futuro.

Este é o tamanho e o significado do desafio no qual o FUNBIO está envolvido. Evidentemente que a dimensão dos seus recursos financeiros permite que sua atuação seja apenas modesta, quase que simbólica. No entanto, as proporções da tarefa, antes de intimidar, muito têm estimulado empresários, acadêmicos, ambientalistas e administradores públicos já envolvidos com o FUNBIO, através do seu Conselho.

É, assim, com grande satisfação que, em nome desse Conselho, apresento o Relatório Anual de 1997, esperando que, ao entrar em contato com suas informações, o leitor venha a se sentir motivado a envolver-se com o FUNBIO, ajudando-o nas próximas etapas de trabalho, a serem cumpridas após o período inicial de estabelecimento aqui relatado, bem como na obtenção dos recursos necessários para realizá-las.

***Roberto Konder Bornhausen***  
Presidente do Conselho Deliberativo

## **Apresentação**

A biodiversidade expressa a enorme variedade biológica existente no planeta - animais, plantas, microorganismos e os genes contidos em cada ser - assim como a interdependência entre essas formas de vida. A diversidade de espécies é essencial para manter o equilíbrio ambiental pois quanto mais simplificado é o ecossistema, menor a sua capacidade de regeneração face a interferências causadas pelo Homem ou pelo próprio meio.

A crescente destruição dos recursos biológicos não só desestabiliza o ecossistema, podendo levar a desastres ecológicos que põe a vida humana em sério risco, mas também possibilita o desaparecimento de informações científicas fundamentais para setores econômicos como farmacêutico, alimentício, agrícola e outros. Espécies que não foram estudadas e cujo potencial científico e econômico é ainda desconhecido desaparecem em uma escala assustadora: estima-se que 10% da diversidade biológica estará extinta até o final do século.

Neste sentido, a perda da biodiversidade do planeta é considerada problema ambiental global da maior importância, tendo constado da pauta da Conferência da Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Para definir e coordenar o tratamento desta questão foi firmada a Convenção da Diversidade Biológica. Dentre os vários objetivos desta Convenção, consta a criação de mecanismos financeiros inovadores, voltados para estimular projetos que associem a conservação ao uso sustentável da biodiversidade. Esta orientação tem sido seguida pelo Fundo Ambiental Global/*Global Environmental Facility* (GEF), instrumento que apoia a implementação da Convenção e que tem estimulado a criação de fundos de capital (*trust funds*), através de doações, mais freqüentemente, a governos nacionais.

De 1991 a 1995 o governo brasileiro negociou a obtenção de uma doação de US\$30 milhões do GEF (Global Environmental Facility) para conservar e usar sustentavelmente a biodiversidade do país. Ao término desse longo e descontínuo processo, o Brasil receberia esse valor através de duas operações: US\$ 10 milhões para apoiar o Programa Nacional de Biodiversidade (PROBIO), do Ministério do Meio Ambiente e US\$ 20 milhões para criar o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

O desembolso dos US\$ 20 milhões destinados à criação do fundo de capital do FUNBIO foi, no entanto, escalonado. Uma primeira parcela de US\$ 10 milhões foi desembolsada tão logo foram cumpridas as exigências colocadas pelo administrador dos recursos do GEF, o Banco Mundial (BIRD). Uma segunda parcela, de US\$ 10 milhões, tem seu desembolso condicionado à captação pelo FUNBIO de US\$ 5 milhões, e será realizada proporcionalmente, à razão de 1 para 2, até o alcance desses limites. Caso o FUNBIO tenha êxito no seu esforço de captação de recursos, poderá vir a ter um *trust fund* de, no mínimo, US\$ 25 milhões.

Para realizar as tarefas de terminar a constituição do seu fundo de capital e de fomentar iniciativas de conservação e de uso sustentável da biodiversidade nacional, o FUNBIO foi constituído de acordo com uma estratégia organizacional, iniciada com a escolha da Fundação Getulio Vargas, na sua sede do Rio de Janeiro, como instituição

hospedeira. Essa escolha se deu através de consulta e negociação entre vários segmentos sociais mais próximos à questão da biodiversidade. Valorizou-se os muitos e reconhecidos méritos daquela instituição. Foi constituído e instalado um Conselho Deliberativo, instância decisória independente e autônoma, composto majoritariamente por empresários, ambientalistas, acadêmicos e, minoritariamente, por representantes do governo federal e da FGV. O Conselho tem como presidente o empresário Roberto Konder Bornhausen, (UNIBANCO) e, como vice, o ambientalista Gustavo Fonseca (Conservation International do Brasil). Para gerir o fundo de capital do FUNBIO, foi contratada a empresa Rothschild Asset Management (RAM), sediada em Londres e, para realizar os serviços de auditoria e atestar as boas práticas de gestão dos recursos recebidos por doação, a empresa Price Waterhouse. Contratou-se, através de processo de seleção pública, um diretor executivo para desenvolver e por em prática as orientações do Conselho Deliberativo, bem como para estabelecer e gerir uma Secretaria Executiva. Por fim, foi produzido e divulgado um Manual de Operações, onde estão descritas as normas e definidos os critérios de funcionamento do FUNBIO. O Manual, assim como várias outras informações de importância são divulgados via internet no endereço <http://www.fgv.br/funbio/index.html>.

Essa trajetória institucional está associada à missão de conservar e dar uso sustentável à biodiversidade, de acordo com as condições sócio-econômicas nacionais e contexto ambiental. Este é ainda grandemente desconhecido e demanda que se atribua importância à geração e divulgação de informações científicas sobre as espécies existentes, bem como sobre técnicas adequadas de manejo de recursos naturais. A produção sistemática dessas informações é básica tanto para a sua conservação quanto para o seu uso sustentável. Sem elas, o risco de provocar impactos desequilibrantes na biodiversidade é potencialmente grave.

Por outro lado, as condições sócio-econômicas nacionais são caracterizadas pelo aumento e concentração da população, bem como pelo crescimento da pobreza de parcelas cada vez maiores da nossa sociedade, fatos geradores de fortes pressões sobre nossas reservas genéticas. No entanto, acredita-se que a conservação da biodiversidade possa contribuir para a amenização desse quadro, ao reconhecer-se o seu potencial de uso sustentável, as oportunidades de negócios aí contidas, bem como as possibilidades de geração de trabalho e renda, tudo isso podendo resultar no envolvimento do homem em atividades produtivas que lhe garantam o sustento e que tivessem impacto controlado sobre a natureza.

Assim, estimular formas de associar a conservação da biodiversidade ao seu uso sustentável, através de apoio financeiro a projetos que atendam a essa dupla condição, tem sido a maneira como o FUNBIO procura desincumbir-se de sua missão. Neste sentido, foi realizado o primeiro ciclo de fomento do FUNBIO a partir de um edital, oferecendo recursos para 10 projetos selecionados, totalizando o valor de US\$ 2,4 milhões, a ser desembolsado num período de três anos.

O FUNBIO tem se concentrado recentemente na avaliação desse processo e no desenvolvimento de modelos de operação que garantam a mais eficaz utilização dos seus recursos financeiros. Para realizar este desafio, serão iniciados os trabalhos de captação de recursos, importantes não só para incrementar o potencial o Fundo como

também para envolver o setor privado na vocação do FUNBIO em apoiar a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

# **Meio Ambiente**

## **1. O Ano Ambiental**

O ano de 1997 se destacou pela retomada das grandes discussões ambientais, que voltaram a ganhar espaço na mídia e na agenda de prioridades da sociedade. Os ambientalistas concentraram seus esforços na busca por mecanismos de manejo dos bens comuns da natureza, cuja relevância extrapola os limites das fronteiras nacionais e afeta toda a humanidade. Ar, água doce e clima foram os principais temas tratados em reuniões de cúpula e nas discussões de políticas e estratégias de ação.

O grande evento foi a reunião sobre a Convenção de Mudanças Climáticas, em Kioto, onde ficou evidente o quanto determinados setores e países não consideraram esses "bens globais" como parte de sua realidade, dificultando a atribuição de responsabilidade pela sua degradação ou proteção. As grandes potências industriais estão muito mais preocupadas com o impacto da conservação do meio ambiente sobre suas economias. Medidas para se diminuir a emissão de gases poluentes como custosas mudanças para tecnologias menos poluidoras e limites à produção e ao consumo são evitadas.

Ocorreram, porém, avanços na Conferência do Clima. Entre eles, o reconhecimento quase unânime de que estamos acelerando o processo de aquecimento da Terra e de que os efeitos adversos já podem ser notados. As ondas de calor no Hemisfério Norte e fortalecimento do fenômeno El Niño são exemplos. As ondas de incêndios florestais provocadas pelo El Niño, especialmente na Indonésia, resultaram na queima de mais de um milhão de hectares, com a morte de milhares de animais, entre eles espécies endêmicas ameaçadas de extinção.

O Brasil foi o outro país atingido pelos incêndios: houve um aumento 30% nos focos de queimada na Amazônia em relação a 1996, o que fez de 1997 "o ano em que o mundo pegou fogo". Também é certo que o efeito estufa afeta a biodiversidade do planeta, sendo responsável por danos ambientais que vão desde a morte de corais até o avanço do processo de desertificação, impactos que ainda não foram totalmente quantificados.

Outro bem comum que mobilizou as atenções foi a água. Diversos estudos divulgados indicam que este será um dos recursos mais disputados do próximo século e o aumento no uso dos recursos hídricos já provoca tensões. Na Califórnia, os setores de pesca e turismo, que dependem das populações de salmão, disputam na Justiça com agricultores pela quantidade de água a ser bombeada dos rios para irrigação. Países europeus da região do Baixo Rio Reno reclamam da poluição gerada pelos países do Alto Reno. E assim sucessivamente.

A globalização também trouxe desafios para o meio ambiente. Enquanto países importadores começam a regular a entrada de produtos naturais produzidos de maneira predatória, exportadores lutam para não perder mercados. O México, por exemplo, questionou, junto à Organização Mundial de Comércio (OMC), a proibição dos EUA à entrada de atum capturado através de métodos nocivos aos golfinhos.

Infelizmente a OMC considerou tal política com uma barreira não-tarifária e revogou a proibição, apesar dos protestos dos ambientalistas.

Por outro lado, importadores europeus de produtos florestais estão passando a exigir uma certificação independente para a madeira de origem manejada, por pressão dos seus consumidores. Graças à tal pressão, já existem no mundo mais de 6 milhões de hectares de florestas certificadas, sob a chancela do Conselho de Manejo Florestal.

As entidades ambientalistas, dentro de uma tendência de profissionalização do chamado Terceiro Setor (privado mas não lucrativo), também tiveram um papel marcante, aumentando a sua contribuição para o conhecimento da natureza no Brasil e propondo soluções para os problemas de conservação. Esta tendência estimulou um envolvimento maior do setor privado, através de parcerias como as firmadas entre estas e as organizações ambientalistas não-governamentais. Entre os resultados alcançados, vale destacar o relatório lançado pela Conservation International, confirmando a posição do Brasil como o maior detentor da biodiversidade do mundo, com mais de 10% das espécies catalogadas. Por sua vez, o WWF lançou um relatório mundial sobre florestas, estimando que mais de 60% da cobertura florestal original do mundo já desapareceu, sendo a Europa o continente mais afetado. O relatório revela que o Brasil é o terceiro país do mundo em termos de cobertura florestal (com 10% do total), atrás da Rússia (17%) e Canadá (11%), mas protege integralmente apenas 1,8% do seu território, muito abaixo da média mundial de 6%. Diante dessas evidências, o governo brasileiro aderiu, no final do ano passado, à uma campanha mundial, visando a preservação de 10% das florestas até o ano 2000.

Esse tipo de parceria governo/setor não-governamental está se tornando mais comum, propiciando avanços importantes na área da conservação.

Boa parte dessas parcerias ocorreram com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que investiu 8 milhões de reais durante o ano, e o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), empregando cerca de 20 milhões, principalmente no manejo e melhoramento dos parques e reservas. Como ambos os programas foram concluídos em 1997, o setor ambiental experimentará uma interrupção do apoio oficial em 98, enquanto os programas citados negociam sua renovação. Nesta fase, cabe ao FUNBIO considerar estrategicamente as oportunidades disponíveis, preenchendo lacunas que possam significar contribuições efetivas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade nacional.

**Garo Batmanian**

Conselheiro



## **2. Tendências**

Na era pós- Rio 92, a questão ambiental no Brasil não mais tem se limitado aos desafios enfrentados pelos ecossistemas nativos do país, suas comunidades naturais e espécies ameaçadas de extinção. Os problemas urbanos, a poluição, o saneamento, dentre outros, passaram recentemente a fazer parte do ideário ambiental tanto quanto o destino do mico-leão, da Mata Atlântica e das centenas de milhares de espécies de plantas e animais que habitam os grandes biomas brasileiros.

Essa nova era nasce sob a égide do desenvolvimento sustentável cujo conceito associa a conservação da biodiversidade, em seus diferentes níveis (genes, espécies, comunidades e ecossistemas), necessariamente ao seu uso e benefício para o homem. Assim, a biodiversidade, uma das duas grandes ênfases do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), mecanismo que possibilitou a criação do FUNBIO, passa a dever a sua importância ao uso que dela se faz.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência do Rio e ratificada logo em seguida pela maioria dos países envolvidos, atesta a crescente complexidade no trato com esse problema.

As estratégias não se esgotam, como no passado, com a criação de parques nacionais e reservas biológicas que protegem amostras bem situadas de comunidades isentas de interferência humana. Muito embora o motivador original da Convenção sobre a Diversidade Biológica fosse produto do reconhecimento científico da dinâmica de degradação ambiental já em andamento, responsável pelo desaparecimento de espécies nas mais elevadas taxas já observadas no nosso planeta, os capítulos resultantes das negociações demandam que os signatários se debrucem sobre assuntos como o uso sustentável dos componentes da diversidade biológica, o acesso aos recursos genéticos, a biotecnologia, além da divisão dos benefícios advindos do seu conhecimento e exploração. Portanto, não só o FUNBIO mas outros programas governamentais e privados, além daqueles conduzidos por organizações da sociedade civil, foram fortemente influenciados pelo aumento, pelo menos conceitual, na complexidade do desafio associado à conservação da biodiversidade brasileira.

Esse período coincide também com a progressiva democratização do país, abrindo espaços importantes para que a sociedade influencie no desenho e implementação de programas governamentais, direcionados não apenas à biodiversidade mas a todas as iniciativas com repercussão direta ou indireta sobre o meio ambiente. Desta forma, se por um lado existem queixas de que o problema da conservação de espécies e ecossistemas se diluiu no desafio maior do desenvolvimento e da justiça social, abriram-se também imensas oportunidades para a inoculação do vírus da biodiversidade nos mais variados cenários do país. Proliferam as comissões e comitês multi-setoriais criados pelas distintas esferas do governo, contando com a participação das organizações não-governamentais, do setor privado e da comunidade acadêmica. Grandes projetos de infra-estrutura, energia e comunicações, por exemplo, têm sido freqüentemente compelidos a incorporar variáveis associadas à biodiversidade e ao meio ambiente em geral nos seus investimentos, fenômeno sem precedentes na história da administração pública do

Brasil. Esse processo, ainda imperfeito e com longo caminho a percorrer, está resultando em um maior controle por parte da sociedade sobre a utilização de recursos pelo Estado, além de tornar mais transparente as suas repercussões sobre o meio ambiente.

As tendências de redução das atribuições do Estado em vários setores da economia têm também ampliado o papel do empresariado em áreas com reflexo para o meio ambiente. Transcendendo os investimentos tradicionais ligados à responsabilidade social das empresas, como saúde, educação e, mais recentemente, o meio ambiente, parcerias empresa-ONG já se fazem notar nas áreas de turismo, agricultura, biotecnologia e florestas, viabilizadas muitas vezes por mecanismos que arcam com os custos incrementais dos novos empreendimentos. Apesar disso, o Brasil ainda carece de instrumentos fiscais que melhor promovam os investimentos privados na área ambiental, uma possibilidade extraordinária em um país cujo PNB se aproxima hoje dos 900 bilhões de dólares. O FUNBIO se encontra em plenas condições de se tornar um importante articulador, tanto para fomentar a criação de instrumentos econômicos que estimulem investimentos privados ligados à biodiversidade como para mediar parcerias que envolvam o setor empresarial.

Nesse contexto, ressalta-se a contribuição do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), instrumento sob o qual o FUNBIO opera e incorpora novas diretrizes de atuação. A natureza desse mecanismo, multi-setorial e participativo desde a sua criação, assegura a estabilidade e continuidade das iniciativas que buscam conservar e utilizar sustentavelmente a diversidade biológica do país. O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), “braço governamental” do PRONABIO, já possui recursos que irão viabilizar estudos-diagnóstico da biodiversidade do país, seus desafios e oportunidades e que, por sua vez, poderão auxiliar o FUNBIO no seu aprimoramento, além de sugerir novos rumos potenciais para a sua atuação.

***Gustavo Fonseca***

Vice-Presidente

## **Gestão**

O FUNBIO é composto por um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. Ao Conselho cabem, autonomamente, as decisões e a definição de políticas gerais e prioridades. É auxiliado pela Secretaria Executiva cujo função é desenvolver as principais atividades de coordenação, gerência e execução.

O Conselho é formado por lideranças provenientes de diferentes segmentos envolvidos na questão da biodiversidade no Brasil, buscando garantir representatividade e transparência a suas ações. É constituído por 16 membros, além dos respectivos suplentes, representando informalmente os interesses das seguintes instituições:

- Fundação Getulio Vargas (2)
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (2)
- Organizações não-governamentais sem fins lucrativos (4)
- Empresas privadas (4)
- Instituições acadêmicas (4)

Considerações com respeito à representação geográfica e de gênero são levadas em conta na composição do Conselho, embora a principal ênfase seja dada à capacidade dos indivíduos em contribuir significativamente para os objetivos do FUNBIO. Os membros iniciais do Conselho Deliberativo foram selecionados pelo MMA e pela FGV, após consultas a diferentes setores representados: organizações não-governamentais, acadêmicas e empresários.

### **Membros Vogais do Conselho Deliberativo**

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Instituição</b>
José Luiz Magalhães Neto	Empresarial	Grupo Belgo Mineira
Luiz Kauffmann	Empresarial	Aracruz Celulose e Papel
Guilherme Frering	Empresarial	Caemi Mineração e Metalurgia
Benjamin Gilbert	Acadêmico	Fundação Oswaldo Cruz
Ângelo Barbosa M. Machado	Acadêmico	UFMG
Virgílio Mauricio Viana	Acadêmico	USP
Garo Batmanian	Ambientalista	WWF/Brasil
Ibsen de Gusmão Câmara	Ambientalista	FBCN
Jean Marc von der Weid	Ambientalista	AS-PTA
Braulio F. Souza Dias	Governamental	MMA
Haroldo de Mattos Lemos	Governamental	MMA
Antônio Salazar P. Brandão	Fundação Getulio Vargas	Fundação Getulio Vargas
Samuel Arie Dan Biller	Fundação Getulio Vargas	Fundação Getulio Vargas

## **Membros Suplentes do Conselho Deliberativos**

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Instituição</b>
Carlos Affonso Aguiar Teixeira	Empresarial	PETROBRÁS
Carlos Ortiz Nascimento	Empresarial	Banco Real
Manoel de Freitas	Empresarial	Champion Papel e Celulose Ltda.
Antônio Salvo	Empresarial	CNA
Nanuza Luiza de Menezes	Acadêmico	USP
Maria Angélica Figueiredo	Acadêmico	Universidade Federal do Ceará
Warwick Estevam Kerr	Acadêmico	Universidade Federal de Uberlândia
Guy Dei Marie Marcovaldi	Ambientalista	Projeto TAMAR
José Adalberto Verissimo	Ambientalista	IMAZON
Niéde Guidon	Ambientalista	Museu do Homem Americano
Paula Saldanha	Ambientalista	Instituto Terra Azul
Lídio Coradin	Governamental	MMA
Ricardo Soavinski	Governamental	IBAMA
Ignez Guatimosin Vidigal Lopes	Fundação Getulio Vargas	Fundação Getulio Vargas
José Cezar Castanhar	Fundação Getulio Vargas	Fundação Getulio Vargas

## **Secretaria Executiva**

**Diretor Executivo:** Pedro Leitão

**Coordenação de Fomento:** Arminda Campos

**Coordenação de Estudos:** Maria Clara Soares

**Coordenação de Controle:** Margarida Lima

**Secretária:** Claudia Esquioga

**Estagiários:** Glaucia Cruz e Ricardo Monte Alto

## **Fomento**

### **1. Histórico**

Para o FUNBIO, o ano de 1997 foi marcado pela sua primeira experiência de fomento, a qual envolveu a convocação, seleção e financiamento de projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Esse processo teve início, na verdade, um pouco antes, com a realização, em outubro de 1996, do “Seminário de Definição de Estratégias de Fomento”, quando se desenvolveu diálogo com diversos segmentos interessados na atuação do FUNBIO e de onde resultaram recomendações consideradas e absorvidas pela Comissão de Fomento do Conselho Deliberativo. Foi recomendado que, em sua primeira experiência de fomento, o FUNBIO trabalhasse com flexibilidade e amplitude, evitando priorizar biomas, regiões, temas, beneficiários, tipos e tamanhos de projetos. Daí o perfil pouco restritivo e estimulador de uma ampla participação do público no seu Edital Inaugural 1996/97.

As chamadas do Edital abrangeram cinco grandes temas: manejo sustentável de florestas naturais, conservação de ecossistemas naturais em propriedades privadas, manejo sustentável de recursos pesqueiros, agricultura e biodiversidade, gestão de unidades de conservação. Os tipos de projetos elegíveis incluíam projetos piloto de conservação, projetos piloto de uso sustentável, pesquisa aplicada e desenvolvimento de tecnologia, estudos e análises de políticas públicas e projetos de disseminação de experiências. O Edital foi amplamente divulgado, entre outros meios, nos principais jornais do país. O montante disponibilizado para este primeiro ciclo foi de US\$ 2.400.000,00, dos quais uma parcela de cerca de 2% foi destinada a cobrir as despesas com avaliação e acompanhamento dos projetos. O processo de seleção foi dividido em duas etapas. Na primeira, mais simplificada, os interessados enviaram cartas-consulta contendo uma síntese de suas idéias. A resposta foi surpreendente: 1083 cartas-consulta foram apresentadas. Destas, 129 foram consideradas demanda qualificada, das quais 69 foram encaminhadas para a segunda fase. Foi então solicitado aos proponentes a elaboração de um projeto mais detalhado. Tais projetos passaram pela Comissão de Avaliação, formado por membros do Conselho e por especialistas externos. Em junho, divulgou-se a lista dos 10 finalistas, sendo 2 de cada chamada.

Finalizada esta etapa, o FUNBIO realizou, em novembro, a contratação dos projetos e, a partir daí, a Secretaria Executiva tem se envolvido com o acompanhamento físico-financeiro da sua execução. Atividade que demandou, de início, um intenso diálogo com os beneficiários na busca por uma adequação metodológica e orçamentária desses projetos. Neste processo de acompanhamento, o Fundo tem procurado, não só avaliar o alcance dos objetivos de cada projeto, mas também promover o crescimento institucional dos seus beneficiários.

A realização de todas essas tarefas resultou em um período rico de ensinamentos que contribuiu, de forma decisiva, para direcionar as ações futuras do FUNBIO na busca por novas modalidades de apoio a projetos, envolvendo principalmente o setor privado.

## **2. Análise de demanda**

A primeira experiência do FUNBIO na área de fomento - o Edital Inaugural 96/97 - produziu uma resposta surpreendente: 1083 cartas-consulta de inúmeros segmentos sociais, econômicos e ambientais do país. A partir dessa fonte de informações tão importante, tanto para a análise da demanda por recursos a serem aplicados na conservação e no uso sustentável da biodiversidade, como para orientar as linhas de ação dos próximos editais, o FUNBIO desenvolveu uma série de estudos. Internamente, foi elaborada uma análise quantitativa das cartas-consulta, além de uma qualitativa, realizada pelo Conselho Deliberativo, para cada uma das cinco chamadas que constituíram o Edital. Externamente, foram requisitados dois estudos, ao Grupo de Trabalho em Biodiversidade do CNPq e ao Grupo de Estudos em Biodiversidade da Universidade de Brasília.

Apresentamos, aqui, uma síntese - chamada a chamada - dos problemas identificados por essas análises, bem como as sugestões que servirão de subsídio para a elaboração dos próximos editais.

Quanto à chamada 01, Manejo Sustentável de Recursos Florestais, um grande número das propostas apresentadas não souberam articular o manejo sustentável dos recursos com a conservação da biodiversidade. Em geral, essas propostas se restringiam ao manejo de um determinado recurso, não significando que a questão da conservação da biodiversidade tenha sido satisfatoriamente contemplada. As comunidades locais, por sua vez, foram incorporadas sem terem um real envolvimento na elaboração das alternativas de manejo, sendo vistas como beneficiárias passivas dos trabalhos a serem implementados.

Em relação à chamada 02, Conservação de Ecossistemas Naturais em Propriedades Privadas, foi constatado que poucos projetos inscritos, de um total de 206, nela se enquadravam. Essa falta de clareza na definição dos temas poderia ter sido evitada com um maior detalhamento dos seus objetivos. Um percentual pequeno de propostas foi considerado inovador ou com bom potencial demonstrativo.

Na chamada 03, Manejo Sustentável de Recursos Pesqueiros, percebeu-se uma falta de clareza quanto aos objetivos, resultados e impactos das propostas, assim como à metodologia e forma de operacionalização dos trabalhos. Também levou à apresentação de propostas que se encontram bem além da capacidade de execução de seus proponentes. Talvez motivada pela preocupação, por parte dos proponentes, em atender ao maior número de critérios expostos pelo FUNBIO, para que as propostas correspondessem plenamente aos termos do Edital. Outro ponto a ser destacado refere-se ao reduzido número de propostas que manteve uma complementaridade com outros projetos e iniciativas, o que poderia enriquecê-las e, principalmente, evitar a duplicidade de esforços.

A Chamada 04, Agricultura e Biodiversidade, foi a que recebeu o maior número de cartas-consulta e obteve o maior percentual de não-recomendadas. Foi observado uma confusão conceitual entre agrobiodiversidade e introdução de práticas ambientais nas atividades agrícolas. Muitos projetos, definidos como de agroecologia, estavam voltados para a introdução de conceitos ecológicos nas práticas agrícolas ou

para a introdução de práticas agrícolas sustentáveis, o que não necessariamente implica em conservação da biodiversidade.

Na chamada 05, Gestão de Unidades Públicas de Conservação, apesar das propostas apresentarem objetivos claros sobre a importância das áreas para conservação da biodiversidade, a abordagem da maioria foi convencional. Poucas se preocuparam com a sustentabilidade econômica ou social de uma área protegida, ou com o mapeamento dos conflitos de uso, no interior ou no entorno das áreas. As propostas também não realizaram a identificação de mecanismos que viabilizassem a conservação destas áreas, a longo prazo, inserindo-as em estratégias de planejamento regional mais abrangentes ou de valorização dos serviços ambientais prestados. Grande parte das instituições proponentes não fez referência às políticas nacionais e globais em torno da biodiversidade - objetivo primeiro do recurso do GEF/FUNBIO - e como as áreas protegidas se inserem nesse contexto.

Quanto aos próximos editais, foram apresentadas uma série de sugestões visando a orientar as estratégias de fomento do FUNBIO:

- A necessidade de editais mais detalhados quanto aos seus objetivos.
- Uma maior exigência em relação à descrição dos impactos previstos e à sustentabilidade dos projetos.
- Capacitar, com recursos próprios ou buscando parcerias, os possíveis proponentes, a fim de dar-lhes condições para a elaboração e execução de projetos realmente inovadores.
- Desenvolvimento de mecanismos de financiamento contínuo à manutenção da biodiversidade em áreas protegidas de uso indireto. Para isso, seria necessário dirigir uma parcela da receita de atividades empresariais que dependam de áreas protegidas para a sua sustentação, tais como: reservas de floresta natural para proteção de mananciais, áreas protegidas ao redor de plantações ou florestamento, áreas naturais em região de atividades turísticas.
- Implementação de duas categorias separadas de apoio financeiro: uma para projetos voltados para conservação e outra para uso sustentável. Na primeira categoria, a ênfase seria em projetos para unidades de conservação de uso indireto, pesquisas de identificação e conservação de germoplasma de espécies ameaçadas e levantamento de informações ambientais para futuros planos de manejo. Na segunda categoria, os critérios de maior peso seriam os de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, qualificação e participação ativa dos beneficiários, geração de emprego e renda associados à conservação da biodiversidade, pesquisas aplicadas e de retorno verificável, a curto prazo, articuladas com a busca de soluções para problemas concretos colocados por grupos sociais específicos.
- Envolvimento do setor privado na realização de ações voltadas para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

## **Projetos Apoiados**

### **Projeto: Novos Mercados para Borracha Ecológica da Amazônia**

**Chamada:** Manejo Sustentável de Florestas Naturais

**Executor:** Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU)

#### **Objetivos:**

- Viabilizar a melhoria de renda da comunidade do Iratapuru e, simultaneamente, a conservação da floresta tropic, através do uso sustentável da borracha da seringueira.
- Introduzir, de forma sustentável, tecnologia adequada ao processo de agregação de valor à borracha.
- Abrir novos nichos de mercado para produtos florestais, incentivando o uso sustentável dos recursos.
- Aplicar os preceitos da Conservação da Biodiversidade no sentido de valorizar os direitos intelectuais de propriedade das comunidades do Iratapuru.
- Demonstrar a viabilidade de parcerias entre comunidades, grupos técnicos e setor privado na busca de soluções para os problemas da conservação e do desenvolvimento.
- Ter um projeto piloto em funcionamento, utilizando produtos de alta relevância para as comunidades amazônicas – neste caso a borracha – para demonstrar sua viabilidade econômica, social e ambiental.

**Duração:** 36 meses

### **Projeto: Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica: a exploração e utilização dos recursos, seus impactos sócio-econômicos atuais e potencialidades de manejo sustentável.**

**Chamada:** Manejo Sustentável de Florestas Naturais

**Executor:** Fundação SOS Pró-Mata Atlântica

#### **Objetivos:**

- Inventariar nos 14 estados da reserva da Mata Atlântica os recursos florestais cuja exploração signifique representativo impacto econômico em âmbito local ou regional.
- Avaliar em que medida esses recursos estão sendo manejados de forma sustentável e como se dá sua inserção no mercado, bem como sua potencialidade para gerar benefícios para a conservação e o desenvolvimento a médio e longo prazo.
- Identificar inibidores do processo, de forma a subsidiar políticas públicas para esse setor, quanto à pesquisa, legislação, capacitação de recursos, organização de produtores, acesso ao mercado, licenciamento e certificação ambiental.
- Divulgar, através de publicações, vídeos e bancos de dados, experiências bem sucedidas de manejo sustentável de recursos florestais nas 3 regiões da Reserva da Biosfera (NE, SE, S).
- Identificar áreas de concentração de espécies nativas de interesse sócio-econômico que devam ser protegidas como reservas genéticas nacionais.

**Duração:** 36 meses



**Projeto: Proteção e Conservação de Ecossistemas: Reserva Particular do Patrimônio Natural**

**Chamada:** Conservação de Ecossistemas em Propriedade Privada

**Executor:** IBAMA – Divisão de Conservação de Ecossistemas

**Objetivos:**

- Organização do seminário para capacitação de técnicos e elaboração de documentos conceituais, informativos, metodológicos e orientadores do programa RPPN.
- Produzir materiais necessários à divulgação do conceito e do presente projeto de RPPN.

**Duração:** 18 meses

**Projeto: Centro de Excelência em Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sustentável**

**Chamada:** Conservação de Ecossistemas em Propriedade Privada

**Executor:** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – FBPN

**Objetivos:**

- Ministrando, gratuita ou subsidiadamente, cursos de capacitação em manejo e administração de áreas naturais protegidas, inventário e avaliação de biodiversidade, princípios e práticas de educação ambiental, educação ambiental em unidades de conservação e formação de guardas-parque, usando a Reserva de Salto Morato como modelo prático.
- Capacitar a comunidade local ao uso sustentável dos recursos e à prática de atividades econômicas não impactantes, através de cursos de artesanato e de formação de condutores de visitantes em unidades de conservação.
- Incrementar o atual programa de estágios para profissionais recém-graduados e estudantes universitários, divulgando-o em nível nacional.
- Planejar e implementar um programa de extensão e divulgação do projeto, visando difundir-lo através de publicações e visitas organizadas.
- Dotar a reserva de infra-estrutura específica e equipamentos necessários à realização de cursos de capacitação/aperfeiçoamento compatíveis com a área de abrangência do projeto e com possibilidades de auto-sustentação futura.

**Duração:** 24 meses.

**Projeto: Apoio à Implementação da Gestão Participativa da Pesca no Médio Amazonas (Alenquer, Santarém, Monte Alegre e Óbidos)**

**Chamada:** Manejo Sustentável de Recursos Pesqueiros

**Executor:** Instituto Amazônico do Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – IARA

**Objetivos:**

- Aumentar o número de associações comunitárias na área.
- Melhorar a qualidade da organização comunitária.

- Melhorar a representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros no sistemas de gestão participativa da pesca.
- Aumentar o número de fóruns municipais de pesca.
- Melhorar a capacidade gerencial das instituições ligadas à administração da pesca.
- Estabelecer sistema (inter)institucional de monitoramento da pesca.

**Duração:** 36 meses

**Projeto: Levantamento e Avaliação dos Recursos Pesqueiros Demersais na Zona Econômica Exclusiva Brasileira – Costa Sul (do Cabo de São Tomé ao Arroio Chuí)**

**Chamada:** Manejo Sustentável de Recursos Pesqueiros

**Executor:** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA

**Objetivos:**

- Mapeamento do relevo submarino, a partir da perfilagem batimétrica e sonográfica e a coleta de parâmetros ambientais básicos, de tal modo que se possam estabelecer correlações entre a ocorrência das principais espécies e as condições ambientais dominantes.
- Levantamento dos recursos pesqueiros demersais, utilizando armadilhas e espinhel de fundo; a avaliação de suas abundâncias relativas, potenciais de captura, distribuição espacial e sazonalidades.
- Análise das variáveis geológicas e oceanográficas e dos fenômenos ou indicadores de processos de produção biológica associados à produtividade da pesca e suas prováveis relações de causa e efeito.
- Aprimoramento de técnicas de captura adequadas ao trabalho em fundos arrastáveis e sua disseminação entre a comunidade pesqueira.
- Contribuição para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, pela redução da pressão exercida sobre os estoques tradicionalmente explorados, possibilitando seu gerenciamento, recuperação e conservação.

**Duração:** 36 meses

**Projeto: Conservação e Uso Sustentado dos Recursos Naturais na Região Centro-Oeste do Paraná**

**Chamada:** Agricultura e Biodiversidade

**Executor:** Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do Paraná

**Objetivos:**

- Implementar, monitorar e difundir unidades de validação e de referência de tecnologias alternativas.
- Conscientizar e capacitar famílias do meio rural para o emprego de tecnologias adequadas.
- Promoção de intercâmbios de experiências.

**Duração:** 36 meses

**Projeto: Detendo a Erosão Genética na Agricultura: Resgate, Conservação e Uso Sustentado de Variedades Tradicionais por Comunidades de Pequenos Produtores**

**Chamada:** Agricultura e Biodiversidade

Executor: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA

**Objetivos:**

- Identificar, resgatar, caracterizar, melhorar, multiplicar e conservar sementes de variedades locais de milho, feijão e mandioca e reintroduzir variedades conservadas no banco de germoplasma do CENARGEN.
- Aperfeiçoar/desenvolver metodologias participativas para a conservação e uso sustentável de recursos genéticos na agricultura.
- Sistematizar experiências e metodologias para difundí-las junto à organizações de produtores, ONG´s, empresas de extensão rural, universidades e centros da EMBRAPA.
- Formular propostas de políticas públicas que favoreçam a generalização dessas experiências.
- Diminuir custos e riscos de produção da agricultura familiar pela produção própria de sementes mais adaptadas a suas condições sócio-ambientais.

**Duração:** 36 meses

**Projeto: Proposta de um Modelo de Gestão Participativa para o Parque Nacional da Tijuca**

**Chamada:** Gestão de Unidades de Conservação

**Executor:** Instituto de Estudos da Religião- ISER

**Objetivos:**

- Analisar os conceitos e atores sociais envolvidos na gestão da UC, categoria de manejo definida como Parque Nacional.
- Recomendar procedimentos de gestão ambiental para o Parque.
- Analisar os meios de atuação das esferas administrativa, política e institucional envolvidas na gestão do Parque.
- Discutir os modelos de gestão para UC´s, com especificidade para o Parque Nacional da Tijuca.
- Propor um modelo de gestão participativo eficaz, tendo em conta a conservação da biodiversidade.

**Duração:** 12 meses.

**Projeto: Planejamento Participativo na Elaboração de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia**

**Chamada:** Gestão de Unidades de Conservação

Executor: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS

**Objetivos:**

- Proceder a um diagnóstico da situação atual do Parque.
- Definir um programa de uso público.
- Caracterizar o envolvimento da população do entorno com o Parque.
- Definir as necessidades de formação dos recursos humanos do parque nas áreas de gerência administrativa, financeira e ambiental, indicando os agentes da capacitação.
- Buscar a adequação das atividades desenvolvidas pelos hoteleiros e moradores nos limites do Parque com os objetivos definidos para o mesmo, como forma de solução dos conflitos.
- Definir um programa de educação ambiental, divulgação e gestão co-participativa.
- Definir um programa estratégico para captação de recursos para o Parque.
- Definir estratégia para abertura de concessões para o desenvolvimento de atividades.
- Identificar entraves que limitaram a implantação do Plano de Manejo feito em 1982 e do plano emergencial de 1994 e propor um plano de manejo exequível.

**Duração:** 18 meses

## ***Perspectivas***

A primeira rodada de apoio a projetos, realizada no ano passado, foi o ponto de partida para uma, espera-se, sistemática e continuada contribuição à causa da conservação e uso sustentável da biodiversidade. Foi também o início de um processo de qualificação institucional que deverá garantir os meios para enfrentar desafios progressivamente maiores e mais complexos. Em verdade, as perspectivas futuras do FUNBIO estão associadas à sua capacidade de dar encaminhamento a esses desafios.

Em que avançou o FUNBIO? Ao desenvolver metodologias colegiadas para a definição de estratégias e prioridades institucionais, ao conceber e anunciar editais de chamada, ao desenvolver processos ágeis e participativos de seleção de projetos e ao trabalhar de forma transparente e aberta à verificação, o FUNBIO qualificou-se como gestor de processos de fomento a projetos ambientais. No entanto, esta é apenas uma das condições necessárias para que possa ser considerada uma instituição pronta.

Em que precisa avançar o FUNBIO? Precisa agora ocupar-se com a busca de nichos de atuação; com a definição de metodologias de acompanhamento da execução de projetos que valorizem mais o desenvolvimento integral das potencialidades dos seus beneficiários e menos a capacidade de responder meramente a procedimentos formais de controle; com a captação de novos recursos para seu fundo de capital e, finalmente, com a sua própria sustentabilidade financeira. Estes são os desafios mais imediatos. Vejamos cada um deles.

A busca por uma maior eficácia nas ações do FUNBIO está associada à verificação da existência de um conjunto significativo de mecanismos financeiros, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, em operação no país que, nos últimos anos, tem apoiado algumas centenas de projetos ambientais, de variados e múltiplos perfis. A partir desse contexto, as indagações que se colocam são: a nossa experiência de fomento se superpõe ou complementa a ação desses mecanismos? Nossos poucos recursos poderiam ser otimizados de modo a fazer diferença nesse panorama de meios não tão escassos?

Para responder a estas questões estamos coletando informações sobre a ação de outros mecanismos financeiros ambientais, bem como contratando estudos que nos permitam identificar nichos de oportunidade no fomento à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. Os resultados preliminares têm indicado a necessidade de apoiar projetos já existentes e produtivos, de uso sustentável, portanto, que encontram dificuldade em crescer, porque seu conhecimento sobre o mercado é limitado, bem como é limitada a sua capacidade de gestão administrativa, de garantia de qualidade e de concepção de estratégias de mercado. Como forma de intervir nesse quadro, desenvolveu-se a proposta de criação de uma “incubadora” à distância, que viabilizará recursos para a contratação de assistência técnica a esses projetos, garantindo, assim, a associação permanente do uso sustentável dos recursos naturais aos esforços de conservação da biodiversidade. Essa idéia permite ainda que se

contemple a possibilidade de obtenção de retorno dos recursos financeiros ofertados pelo FUNBIO.

O segundo desafio, desenvolver métodos e procedimentos adequados de elaboração e de acompanhamento de projetos, está relacionado a duas estratégias. A primeira e mais importante, é a adoção de uma atitude de trabalho que estimule seus beneficiários a se apresentarem mais independentes e sustentáveis ao final de sua experiência com o FUNBIO. Acredita-se que, tão importante quanto o impacto positivo na biodiversidade, conseguido através dos projetos apoiados, seja a possibilidade de impactar positivamente os beneficiários do FUNBIO, tratando de estimulá-los a desenvolver outras capacidades, tais como gestão de projetos, associação afirmativa com outras instâncias públicas e privadas, busca e realização de parcerias e avaliação dos efeitos de suas ações sobre a comunidade local. Pretende-se, pois, além da conservação da biodiversidade, que a experiência de contato com o FUNBIO seja potencializadora do desenvolvimento integral de seus parceiros. A segunda estratégia visa a adequar os métodos e procedimentos para acompanhamento e controle físico-financeiro exigidos ao volume de recursos financeiros aportados e à natureza e dimensão dos projetos apoiados.

Isso, no entanto, não é tarefa fácil nem imediata. Dependerá da observação das dificuldades enfrentadas por eles nesta primeira rodada de execução de projetos e da identificação e teste de procedimentos alternativos, bem como de sua aceitação por parte de todas as instâncias envolvidas.

O terceiro desafio está relacionado com a captação de novos recursos para seu fundo de capital. Uma forma de realizar esta tarefa seria a constituição de fundos de parceria, ou seja, doações feitas ao FUNBIO por indivíduos ou instituições com objetivos e atividades afins. Em troca, o FUNBIO aportaria recursos de valor equivalente ao doado, para que, juntos, apoiem projetos de interesse comum. Trata-se assim de uma operação em que todos ganham: o parceiro doador dobra o valor dos seus recursos e o FUNBIO, de uma única vez, capta os recursos do GEF que lhe estão destinados, bem como dá prosseguimento a sua ação de fomento. Só que, neste caso, dividindo com seus parceiros tanto os custos quanto a responsabilidade pela definição dos critérios de escolha de projetos. Esses fundos poderiam apoiar tanto operações de conservação quanto de uso sustentável, tanto operações com retorno quanto a fundo perdido.

A questão da sustentabilidade financeira, por sua vez, está associada à necessidade de o FUNBIO fazer o menor uso possível de seu capital financeiro principal, tarefa cujo êxito tornaria o FUNBIO um fundo perene, uma vez que passaria a operar apenas com os juros obtidos através do investimento de seus ativos financeiros.

Ao intensificar as operações de captação de recursos, se aumentará o capital principal, bem como os rendimentos de investimentos financeiros; ao estimular a criação de fundos de parceria, não só viabilizará a captação de novos recursos, como também possibilitará o alongamento de investimentos com recursos próprios; ao pôr

em prática a “incubadora”, se estará possibilitando a recuperação dos recursos financeiros investidos, através do apoio financeiro a iniciativas produtivas que visam lucratividade e que poderiam ter, no FUNBIO, uma alternativa de obtenção de recursos em termos acessíveis.

Transpor esses desafios será, portanto, uma nova e importante etapa para a permanência do FUNBIO como uma instituição atuante e de destaque no trato das questões envolvendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Brasil .

**Pedro Leitão**  
Diretor-Executivo

# **Auditoria**

## **1. Parecer dos auditores independentes**

Examinamos as demonstrações das receitas e despesas e do fundo patrimonial do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (administrado pela Fundação Getulio Vargas), expressas em reais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997 e ao período de 28 de setembro de 1995 (constituição) a 31 de dezembro de 1996. Essas demonstrações são de responsabilidade da administração da entidade. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações, baseados em nossa auditoria.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, que requerem que os exames sejam planejados e realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações de receitas e despesas e do fundo patrimonial em todos os seus aspectos relevantes. Os exames incluem a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações. Os exames também incluem a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como a apresentação das demonstrações tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem adequado suporte para nossa opinião.

Somos de parecer que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as receitas e despesas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997 e ao período de 28 de setembro de 1995 a 31 de dezembro de 1996 e o fundo patrimonial em 31 de dezembro de 1997 e de 1996 do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, de acordo com as bases descritas na Nota 2(d). Esta tradução não deve ser interpretada como se os montantes em reais representassem, tivessem representado ou pudessem ser convertidos em dólares norte-americanos.

Price Waterhouse  
Auditores Independentes  
CRC-SP-160-S-RJ

Luiz Márcio Malzone  
Sócio  
CRC-RJ-31.376-7